CONSIDERANDO: A necessidade de Fiscalização e Recebimento de Materiais, Equipamentos e Outros, de interesse do GRUPO AÉREO DE SEGURANÇA PÚBLICA - GRAESP;

CONSIDERANDO: Ainda, despacho do Diretor do GRAESP, referente o memorando nº 035/2020 – FISP de 17.06.2020 (Proc: 2020/411786);

RESOLVE: Designar os servidores abaixo relacionados à comporem a Comissão de Recebimento e Fiscalização de material permanente e de consumo, dos processos de aquisição realizados pelo FISP ao GRAESP.

1 - RECEBIMENTO E FISCALIZAÇÃO DE MATERIAIS PERMANENTES E DE CONSUMO:

- Presidente: MAJ QOPM – WELLIGTON ALAN DE MACEDO CHAVES – Mat: 54185286-2

- 1º Membro: CAP QOPM GILMAR MENDES CAVALCANTE –

Mat: 5717198331-1

- 2º Membro: TEN QOBM DOUGLAS JÂNIO BEZERRA DE MORAES –

Mat: 5561272-1

REGISTRA-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRE-SE

ARIEL DOURADO SAMPAIO MARTINS DE BARROS

Diretor e Ordenador de Despesa do FISP

Protocolo: 555756

TERMO ADITIVO A CONTRATO

4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO: Nº 83/2017-FISP

OBJETO: acréscimo de valor contratual decorrente de expansão da rede de comunicação, bem como a Prorrogação da Vigência do mesmo por período de 24 (vinte e quatro) meses.

Fica reajustado ao contrato original o valor R\$ 52.251,10 (cinquenta e dois mil, duzentos e cinquenta e um reais e dez centavos), correspondente ao percentual de 25% sobre o valor mensal do contratado.

que passará a ser de R\$ 261.255,51 (duzentos e sessenta e um mil, duzentos e cinquenta e cinco reais e cinquenta e um centavos) a partir do mês de junho/2020

em face da expansão e digitalização da rede de radiocomunicação, implantação de novos sítios e por fim a integração de todos os sítios de repetição, bem como Fica prorrogado 24 (vinte e quatro) meses a contar período de 10 de setembro de 2020 a 09 de setembro de 2022 o referido contrato.

Programação:

44.101.06.181.1502.7559- Adequação de Unidades Policiais

44.101.06.181.1502.7563- Adequação de Unidades do Corpo de Bombeiros Militar

44.101.06.181.1502.7563- Gerenciamento das Ações Integradas de Segurança Pública

Natureza: 339040

Fonte: 0141

DATA DA ASSINATURA: 22/06/2020.

ARIEL DOURADO SAMPAIO MARTINS DE BARROS - DIRETOR E ORDENADOR DE DESPESA DO FISP / FUNDO DE INVESTIMENTO DE SEGURANÇA PÚBLICA - FISP/SEGUP

- ELTON BORGONOVO/MOTOROLA SOLUTIONS LTDA

Protocolo: 555444

**SECRETARIA DE ESTADO
DE ADMINISTRAÇÃO
PENITENCIÁRIA**

PORTARIA

**PORTARIA Nº 529/2020 – GAB/SEAP/PA
Belém-Pa, 26 de maio de 2020.**

Institui e regulamenta o perfil de custódia do Centro de Recuperação Penitenciária do Pará II dá outras providências

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA DO PARÁ, no uso de suas atribuições, que lhe conferem o inciso II do artigo 138 da Constituição do Estado do Pará, bem como pela Lei nº 8.937, de 02 de dezembro de 2020 e

CONSIDERANDO que a Lei nº 11.671, de 8 de maio de 2008, prevê em seu artigo 11-B (incluído pela Lei nº 13.964, de 24 de dezembro de 2019) que "os Estados e o Distrito Federal poderão construir estabelecimentos penais de segurança máxima ou adaptar os já existentes, aos quais será aplicável, no que couber, o disposto nesta Lei";

CONSIDERANDO a importância da separação de presos considerados de alta periculosidade, com atuação de liderança negativa, violenta ou de extorsão, entre outros crimes, perante o restante da massa carcerária;

CONSIDERANDO a necessidade de se manter a normalidade e a segurança para a execução penal da totalidade dos presos custodiados nos estabelecimentos prisionais, com a garantia da prevalência dos interesses legais coletivos sobre os individuais;

CONSIDERANDO que é primordial a uniformização e regulamentação do regime de tratamento prisional a ser aplicado a esses tipos de internos recolhidos no âmbito do Centro de Recuperação Penitenciária do Pará II.

RESOLVE:

Art. 1º - Regular, no âmbito da Secretaria de Administração Penitenciária o perfil de custódia do Centro de Recuperação Penitenciária do Pará II (CRPP II) e os procedimentos a serem adotados na referida unidade, em consonância com as diretrizes autorizadas pela Lei nº 11.671, de 8 de maio de 2008, mormente em seu artigo 11-B.

1º. O Centro de Recuperação Penitenciária do Pará II terá lotação carcerária específica, não se caracterizando enquanto isolamento disciplinar de presos, sem prejuízo dos direitos e assistências legalmente previstas, com usufruto em conformidade com a condição de custódia e critérios rígidos de segurança e controle.

2º. O CRPP II se destina à custódia provisória ou execução de pena privativa de liberdade de presos considerados de alta periculosidade, que possam ser objeto de resgate ou arrebatamento, com atuação de liderança negativa, violenta ou de extorsão, entre outros crimes, em desfavor do restante da massa carcerária, de forma que seja evitada a organização e cometimento de crimes a serem praticados intra e extramuros.

Art. 2º - A rotina de segurança máxima consiste nas seguintes medidas de rotina:

I - intensificação da vigilância no procedimento de banho de sol, com a separação criteriosa dos grupos, com especificação do tempo de duração, horários e quantidade de presos retirados para o respectivo banho;

II - a visita ocorrerá a cada 30 (trinta) dias, no parlatório, sem contato físico e com duração de até duas horas, em dia diferenciado das visitas aos internos recolhidos nas demais unidades prisionais;

Parágrafo único - A referida visita ocorrerá em dias diferentes, a critério da direção da unidade a indicação do dia e horário que corresponderá a cada bloco carcerário, sempre observando as medidas de segurança necessárias, especialmente quanto a circulação de pessoas (internos, servidores e familiares) na área de visitação.

III - as visitas serão agendadas previamente, por intermédio da Coordenadoria de Assistência Social;

IV - o cadastro de visitantes será feito somente por familiares, cônjuge ou companheira, devidamente demonstrado o vínculo, devendo ser atualizado e conferido pelo menos a cada 03 (três) meses, mediante comprovação documental de residência e telefone, bem como, as demais cautelas de praxe;

V - além da revista dos visitantes, a realização de revista pessoal dos internos e de seus pertences após cada visitação;

VI - inspeção diária nas celas, com o objetivo de verificar a integridade das instalações físicas, bem como a presença ou não de itens ou substâncias proibidas;

VII - preferência na apuração e conclusão de Procedimentos Disciplinares Penitenciários em relação aos demais processos em curso nas unidades prisionais;

IX - monitoramento de todos os meios de comunicação, inclusive de correspondência escrita;

• 1º - O CRPP II poderá dispor de monitoramento de áudio e vídeo no parlatório e nas áreas comuns, para fins de preservação da ordem interna e da segurança pública, vedado seu uso nas celas e no atendimento advocatício, salvo expressa autorização judicial em contrário.

• 2º - As gravações das visitas não poderão ser utilizadas enquanto meio de prova de infrações penais anteriores ao ingresso do preso no estabelecimento.

Art. 3º - As entrevistas de advogado/cliente no CRPP II ocorrerão, em razão de ser considerado presídido de segurança máxima, da seguinte forma:

I - Destinadas à informação processual, sujeitas a supervisão ou restrições em casos específicos, de interesse da administração da justiça e à segurança e ordem do estabelecimento prisional.

II - As entrevistas de advogados serão agendadas mediante agendamento eletrônico (<http://agendamento.susipe.pa.gov.br/>), com antecedência mínima de 48 horas, a fim de se reduzir a espera dos advogados por seus clientes, de segunda a sexta-feira, até o horário máximo até às 16h, salvo os casos específicos e urgentes, que serão analisados e deliberados pela Diretoria de Execução Criminal - DEC, considerando as peculiaridades e o perfil da unidade.

III - A entrevista ocorrerá exclusivamente no parlatório da unidade prisional, no dia e hora, de acordo com o prévio agendamento, disposto no inciso II;

IV - Preferencialmente deverá ser usado pelo advogado no momento da entrevista: caneta esferográfica de tinta azul ou preta de corpo transparente e folha de papel A4 branca sem rasunchos, rabiscos ou impressões de qualquer natureza, fornecidas pela unidade prisional, e nos casos de documentos oficiais ou específicos da advocacia, estes serão submetidos a devida inspeção.

Art. 4º - A Diretoria de Gestão de Pessoas deverá escalar para trabalhar no CRPP II, servidores de reconhecida competência funcional, devendo as escalas nesses postos de trabalho ser fixas, só podendo haver permuta de serviço com servidores que lá também atuem.

Art. 5º - Compete única e exclusivamente à Assessoria de Segurança Institucional a definição do perfil de preso para fins de transferência ao CRPP II.

Art. 6º - A Direção do referido estabelecimento prisional deverá realizar inspeção diária nos dias de expediente, cabendo ao Supervisor de Equipe realizar minuciosa fiscalização do serviço nos feriados e dias de final de semana.

Art. 7º A Diretoria de Administração Penitenciária, ao autorizar a transferência de custodiado para o CRPP II, fará imediata comunicação ao Juízo onde o interno responde na condição de preso.

Art. 8º O recolhimento de preso no CRPP II não ficará adstrito a qualquer prazo, devendo persistir enquanto durarem os motivos ensejadores dessa lotação específica.

Art. 9º Os casos omissos e excepcionais serão avaliados pelo Secretário de Administração Penitenciária, Assessoria de Segurança Institucional, Diretoria de Execução Criminal e Diretoria de Administração Penitenciária.

Art. 10º - Esta PORTARIA entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 11 Dê-se ciência a todas as Unidades Prisionais, Diretorias, Assessorias e aos órgãos integrantes do Sistema de Segurança Pública.

JARBAS VASCONCELOS DO CARMO

Secretário de Estado de Administração Penitenciária do Pará

Protocolo: 555608